

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)

Aos nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Figueiró dos Vinhos, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara Municipal Jorge Manuel Fernandes de Abreu; estando presentes os Senhores Vereadores Eng.º Luís Filipe Antunes da Silva; Sr.ª Dr.ª Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes; Dr. Carlos Alberto David dos Santos Lopes e José Adelino da Silva Sardinha. _____

Hora de Abertura: dezassete horas e trinta minutos. _____

Verificando-se quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, estando presente o Senhor Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira, Dr. Vítor Alexandre Pimentel Duarte, procedendo-se de seguida à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as deliberações que se seguem, após dar cumprimento ao período de antes da Ordem do Dia. _____

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, cumprimentou todos os presentes, dando conhecimento aos Senhores Vereadores do pedido de substituição para a presente reunião, do Sr. Vereador Eng.º Manuel Paiva, estando em sua representação o Sr. José Adelino da Silva Sardinha, tendo o pedido sido aceite. _____

Deu também conhecimento, e no seguimento da deliberação tomada na reunião realizada no passado dia 12/12/2018, relativa ao subsídio para aquisição de livros para a Biblioteca do Agrupamento de Escolas, no valor de 180,00 euros (cento e oitenta euros), existindo uma diferença no valor total de 3,50€ (três euros e cinquenta cêntimos). _____

Os Srs. Vereadores tomaram conhecimento. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, cumprimentou o Sr. Presidente, colegas da Vereação, Sr. Chefe de Divisão e Sr.ª Secretária, desejando um Bom Ano a todos. Seguidamente, manifestou o seu protesto e desagrado, em relação ao procedimento institucional e que não está correto, relativo à alteração da hora de inauguração do Parque do Vale da Pipa, que estava previsto para as 15 horas e foi alterado para as 16 horas, não tendo recebido nenhuma comunicação nesse sentido, sabendo que o Sr. Presidente mandou mensagem a algumas pessoas, a comunicar essa alteração. _____

Prosseguiu, apresentando de seguida uma Declaração Política relativa à **Descentralização de Competências**,

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)

que leu e se transcreve na íntegra: _____

“Descentralização de Competências

O PSD, partido do poder local, sempre teve uma visão reformista do Estado assente numa administração pública descentralizada. _____

No anterior Governo, mesmo num contexto particularmente adverso, deu passos significativos e bem-sucedidos no processo de descentralização de competências. Em 2015, regulamentou a delegação contratual de competências no domínio das funções sociais da educação, saúde, cultura e segurança social visando a delegação de forma gradual e faseada, através de projetos-piloto. Este processo envolveu 34 Municípios, com grande representatividade e diversidade populacional, territorial e política e um leque de competências ambicioso. Ainda em 2015, foi decidido um processo de transferência de competências para os municípios e entidades intermunicipais na área do serviço público de transporte de passageiros nos modos de transporte rodoviário de âmbito regional e municipal, fluvial e ferroviário não pesado. _____

Com a legitimidade de quem esteve sempre na linha da frente, na atual legislatura, o PSD foi o primeiro partido no Parlamento a convocar as demais forças políticas para este debate. Fê-lo em abril de 2016, aquando da discussão do Plano Nacional de Reformas, repetiu as suas propostas, aquando da discussão do Orçamento do Estado para 2017 e, mesmo depois de ter visto rejeitadas aquelas, não esmoreceu. No início do ano de 2017, apresentou um novo pacote legislativo e aguardou pela proposta do Governo que haveria de chegar ao Parlamento, em fevereiro desse ano, com 16 meses de atraso. _____

O PSD demonstrando que é um partido diferente do PS, também em maturidade democrática, assinou um Acordo Político com o Governo em torno da descentralização (18 de abril de 2018). _____

Este acordo, naquilo que é mais relevante, pressupunha que, até ao **final de julho de 2018**, o **Parlamento** aprovasse:

- A **Lei-Quadro de Descentralização** (assente no princípio do gradualismo, ou seja, as autarquias locais gozam da faculdade de assumir as novas competências até 2021); _____
- Uma nova **Lei de Finanças Locais** (no qual se previsse a criação do Fundo de Financiamento da Descentralização que incorporará, posteriormente, os valores a transferir para as autarquias locais para financiar as novas competências). _____
- Criação da **Comissão Independente para a Descentralização**. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)

O PSD cumpriu a sua parte e o Parlamento aprovou, no devido tempo, as iniciativas legislativas acima descritas. _____

Mas o Acordo Político, pressupunha, também, que o **Governo**: _____

- Aprovasse até ao final de julho de 2018, e visse publicados os 21 **decretos-leis sectoriais**, previamente consensualizados com a ANMP e a ANAFRE, e identificasse os envelopes financeiros associados a cada autarquia com a referenciação das verbas por área de competências a transferir, de modo a que estas, até ao dia 15 de setembro de 2018, deliberassem se aceitavam ou não as novas competências. _____
- Procedesse à inscrição, em sede de Orçamento do Estado para 2019, dos recursos financeiros a atribuir às autarquias locais e entidades intermunicipais para a prossecução das novas competências, cujos montantes deviam constar do Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD). _____

O Governo não cumpriu nenhuma destas suas obrigações. _____

O dia 15 de setembro chegou sem que as autarquias conhecessem os diplomas sectoriais e os montantes financeiros alocados a cada uma das áreas de competências a transferir. _____

Até hoje dos 21 diplomas sectoriais previstos apenas 11 foram promulgados pelo Senhor Presidente da República. _____

Em sede de **Orçamento do Estado para 2019**, ao contrário do espírito do Acordo Político e do plasmado na nova Lei das Finanças Locais (artigos 5º, 30º-A e 80º-B), o **Governo** não dotou o Fundo de Financiamento da Descentralização de qualquer verba, tendo apenas inscrito uma norma (art.º 69), na qual se previa que os montantes a transferir para aquele Fundo, e os seus reforços, fossem assegurados, em 2019, por mero despacho dos membros do Governo. _____

Essa pretensão foi rejeitada, por expressiva maioria, em sede de votação na especialidade da Proposta de Orçamento do Estado para 2019. _____

Para impedir a fraude que estava a ser preconizada pelo Governo na Proposta do OE2019, que colocava o Parlamento à margem do processo de descentralização, o PSD propôs em alternativa uma norma do seguinte teor: *“O Governo apresenta à Assembleia da República uma proposta de lei contendo os mapas com os montantes do FFD, provenientes de dotações inscritas nos programas orçamentais e no orçamento da segurança social, a transferir para as autarquias locais e entidades intermunicipais, bem como os critérios*

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)

e termos dos reforços do FFD". _____

Esta proposta de alteração do PSD foi, porém, igualmente rejeitada. _____

Com esta dupla reprovação parlamentar, resulta claro que a transferência de meios financeiros por força da descentralização de competências se tornou impossível para os diplomas já promulgados e para os que o venham a ser no entretanto. _____

Para evitar que se perdesse o trabalho de toda uma legislatura em matéria de descentralização, ultrapassar a “embrulhada” em que o Governo meteu o pacote da descentralização e obviar à proliferação de datas limite para que cada autarquia aceite as novas competências, o PSD submeteu ao parlamento que discutiu (03.01.2019) e que aprovou, por maior e na generalidade, na passada sexta feira (04.01.2019), o **Projeto de Resolução n.º 1885/XIII/4ª**, no qual se recomenda ao Governo que: _____

1. Comunique às autarquias locais e entidades intermunicipais, até ao final do mês de janeiro de 2019, os mapas com os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização, provenientes de dotações inscritas nos programas orçamentais e no orçamento da segurança social, a transferir para aquelas, bem como a listagem de todo o património também a transferir; _____

2. Apresente à Assembleia da República, até ao final do mês de fevereiro de 2019, para discussão e aprovação, os mapas com os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização, provenientes de dotações inscritas nos programas orçamentais e no orçamento da segurança social, a transferir para as autarquias locais e entidades intermunicipais, bem como os critérios e termos dos reforços deste Fundo; ____

3. Conceda um prazo de 60 dias corridos após a publicação da Lei da Assembleia da República que estabelece os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização, para os municípios e entidades intermunicipais comunicarem à Direção-Geral das Autarquias Locais, caso não pretendam exercer no ano de 2019 as competências previstas nos decretos-lei sectoriais publicados em Diário da República, permitindo, uma única reunião dos seus órgãos deliberativos. _____

Refira-se que, no dia 04.01.2019, o Parlamento também discutiu e rejeitou, por maioria, a apreciação parlamentar dos 11 diplomas sectoriais já promulgados pelo Senhor Presidente da República. O PSD absteve-se, nesta votação. O que verdadeiramente está em causa não são os decretos-lei em apreciação, tanto mais que estes mereceram o acordo da ANMP e da ANAFRE, condição essencial para o PSD. A questão fundamental

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)

que se coloca é o financiamento das novas competências e sobre essa o PSD apresentou o referido Projeto de Resolução nº 1885/XIII/4ª. _____

Diga-se em abono da verdade que o Projeto de Resolução do PSD não vai a tempo de resolver os problemas dos diplomas sectoriais já promulgados, mas apenas daqueles que ainda não o foram. Quanto aos primeiros abre-se, contudo, uma janela de oportunidade, para o governo vir a estabelecer novos prazos de deliberação por parte das autarquias para aceitação de novas competências, inclusivamente, aproveitando para harmonizar os mesmos. _____

Dos diplomas sectoriais já promulgados, os prazos limite para as autarquias locais se pronunciarem (câmaras e assembleias municipais) termina, consoante os casos, entre 31 de janeiro e 2 de fevereiro do corrente ano.

CONCLUSÃO

Posto isto o que dizer? _____

O PSD cumpriu escrupulosamente a sua parte e criou todas as condições para que a descentralização se fizesse, ainda que menos ambiciosa daquela que propusemos. O Governo não aproveitou o incentivo político que o PSD lhe ofereceu. Não cumpriu o acordo com o PSD nem está a cumprir o acordo com a associação representativa dos autarcas. Ao fim de três anos a descentralização de competências é uma miragem e poderá sê-lo até ao final da legislatura. _____

O PSD sempre afirmou no Parlamento e fora dele que descentralizar competências no poder local é um ato de inteligência, mas descentralizar sem financiar as competências transferidas não passa de uma fraude política.

Os autarcas neste momento continuam a desconhecer os montantes financeiros e os recursos humanos alocados a cada uma das áreas de competências a transferir, mesmo nos diplomas sectoriais já aprovados e sobre os quais se têm de pronunciar até 02 de fevereiro. _____

Naturalmente, caberá a cada uma das autarquias fazer a sua análise, e decidir quais as competências que devem, ou não, aceitar. _____

Nas reuniões de câmara de 11 de julho de 2018 e 12 de setembro de 2018 o PSD trouxe à colação o tema da descentralização de competências nos Municípios. Nestas duas reuniões perguntámos ao Sr. Presidente da Câmara qual era a posição que tinha acerca desta matéria. O Sr. Presidente nunca soube responder a esta questão e limitou-se a dizer e cito: *“estavam a trabalhar em conjunto com a ANMP nomeadamente ao nível da CIMRL”*. _____

Para o PSD a questão é clara. Reafirmamos, uma vez mais, o que temos dito. Mais do que transferir ou aceitar competências é preciso saber qual é o envelope financeiro que as acompanha. Para nós é claro que qualquer nova transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada da garantia comprovada da dotação do Município de Figueiró dos Vinhos com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)

Não se conhece, igualmente, nesta matéria a existência de uma Comissão Prévia de Avaliação e Validação, individualizada e concreta, entre o município de Figueiró dos Vinhos e o Governo, antes da operacionalização da transferência de competências, consagrada nos diplomas sectoriais conforme exigência da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Comissão que tenha como funções a análise dos dados e elementos, nomeadamente relativos às instalações, equipamentos, recursos humanos e recursos financeiros, que garanta que o Município de Figueiró dos Vinhos tenha toda a informação fidedigna relativa às competências que lhe serão transferidas, pois só assim se poderá garantir uma transferência de competências sólida e rigorosa e, por fim, que garanta que os objetivos de interesse nacional são alcançados, ao mesmo tempo que os interesses do Município de Figueiró dos Vinhos são respeitados se for essa a decisão dos órgãos autárquicos. _____

Esta é a terceira vez que o PSD traz este assunto à reunião de câmara. E fá-lo com espírito de abertura, de diálogo, de colaboração e de procura de consensos, porque considera que o que está em causa é por demais importante para o futuro de Figueiró dos Vinhos. Ao mesmo tempo é preocupante que o Presidente da Câmara nada tenha a dizer sobre esta questão, que não haja uma posição sobre esta matéria, quando outros concelhos à volta já têm posições formadas e discutidas nos órgãos autárquicos e mais grave ainda se estiver a contar que sejam outros a decidir por nós e nos digam o que é bom ou mau para o nosso concelho e para os Figueiroenses. Se há questões que merecem ser as mais consensuais possíveis e transversais a todos os partidos políticos esta é uma delas. É pena que assim não esteja a ser. _____

Figueiró dos Vinhos, 9 de janeiro de 2019

O Vereador
Luís Filipe Silva”

Nesse seguimento apresentou outro documento relativo **ao Julgado de Paz de Figueiró dos Vinhos**, que leu e se transcreve na íntegra: _____

“Julgado de Paz de Figueiró dos Vinhos

Os Julgados de Paz constituem uma forma inovadora da administração da justiça dirigida aos cidadãos, e, nessa medida, subordinada aos princípios de proximidade, simplicidade e celeridade, em que se reforça a tutela efetiva dos direitos e garantias processuais. _____

Os Julgados de Paz assentam, desta forma, numa parceria pública/pública entre o Ministério da Justiça e as autarquias, sendo o respetivo financiamento partilhado entre essas duas entidades. Com as alterações

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)

introduzidas à Lei dos Julgados de Paz, em 2013, passa a ser possível que entidades públicas de reconhecido mérito possam também criar julgados de paz de âmbito nacional. _____

O Município de Figueiró dos Vinhos manifestou vontade em dispor de um Julgado de Paz inserido no Agrupamento de Concelhos de Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Pedrogão Grande e Penela de que resultou a celebração para o efeito um protocolo assinado, aos vinte e três dias do mês de julho de 2009, entre Ministério da Justiça representado pelo Ministro Dr. Alberto Costa e o Presidente da Câmara, Engº Rui Silva.

O Decreto-Lei n.º 289/2009 publicado no Diário da República n.º 195/2009, Série I de 2009-10-08 procede à criação, nos termos da Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho, do Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Pedrogão Grande e Penela. _____

Em Figueiró dos Vinhos, os serviços funcionariam nas instalações do Palácio da Justiça, num edifício anexo já ali existente. A Câmara Municipal, da altura, de maioria PSD, fez as obras de adaptação no valor de cerca de 80 mil euros, mobilou o espaço, disponibilizou administrativos e providenciou o licenciado em solicitação para assegurar as funções no Julgado de Paz. _____

Por razões várias e após a passagem de cinco Ministros pelo Ministério da Justiça não foi possível colocar em funcionamento o Julgado de Paz em Figueiró dos Vinhos. _____

Ao contrário do PS que propunha o Julgado de Paz no seu manifesto eleitoral em 2013 e que, entretanto, deixou cair para este mandato no manifesto de 2017, o PSD sempre se bateu desde a sua criação em 2009 e periodicamente nos órgãos autárquicos para que o Julgado de Paz seja uma realidade em Figueiró dos Vinhos.

A descentralização e a transferência de competências para os Municípios trazem-nos agora uma oportunidade que não devemos deixar passar. A publicação e posterior promulgação pelo Sr. Presidente da República do Diploma sectorial da área da justiça, Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29.11, um dos 21 previstos na descentralização de competências, dá-nos a oportunidade de fazermos mais nesta matéria. _____

Assim o Partido Social Democrata de Figueiró dos Vinhos exorta o executivo municipal de maioria PS a recuperar o compromisso de 2013, a aproveitar a oportunidade que o diploma oferece e a promover as necessárias diligências para abrir de vez o já criado Julgado de Paz de Figueiró dos Vinhos. _____

Figueiró dos Vinhos, 9 de janeiro de 2019

O Vereador
Luís Filipe Silva”

Finalizou, reiterando **o pedido formal para que seja integralmente satisfeito e sem mais demoras o requerimento apresentado na reunião de câmara de 26/09/2018**, deixando um documento que se transcreve na íntegra: _____

“Atraso nos requerimentos

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)

Lembramos que ainda não foi satisfeito, nos termos da lei, o requerimento apresentado na reunião de câmara de 26 setembro de 2018. _____

Voltamos, nesta ocasião, a reiterar o pedido formal para que sejam integralmente satisfeitos e sem mais demoras todas as informações que solicitamos. _____

Figueiró dos Vinhos, 9 de Janeiro de 2019

O Vereador

Luís Filipe Silva”

O Sr. Vereador Dr. Calos Lopes, na sequência da intervenção proferida pelo Vereador do PSD Eng.º Filipe Silva a propósito da Lei-Quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais, referiu que dos onze Diplomas até ao momento publicados, quatro referem-se a competências que se pretendem transferir para as entidades intermunicipais, duas delas já são prosseguidas pela Autarquia, nomeadamente no que se refere à gestão de praias fluviais e estruturas de atendimento de atendimento ao cidadão, julgando que nestes domínios havendo já responsabilidade financeira do Município, será benéfico que sejam transferidas as correspondentes contrapartidas financeiras sendo certo que os outros cinco diplomas se referem a novas competências que terão de ser objeto de reflexão e de decisão aquando da discussão a ocorrer oportunamente no seio dos órgão autárquicos, que terão de reunir ainda no corrente mês para apreciar esta matéria. _____

Os cinco Diplomas em causa que justificarão decisão de aceitação ou recusa versam sobre as seguintes áreas. _____

- Exploração de jogos de fortuna e azar e outras formas de jogo... _____

- Vias de comunicação _____

- Habitação _____

- Gestão do património imobiliário público sem utilização _____

- Estacionamento público. _____

Tendo em conta os prazos fixados para pronúncia por parte da Câmara Municipal, entende que os mesmos são perfeitamente compatíveis com a necessidade de permitir uma discussão serena, estudada e fundamentada que permita ao Executivo deliberar de forma atempada, existindo na sua perspectiva o tempo necessário e suficiente para que esta discussão ocorra, ao contrário da posição vertida pelo senhor Vereador aquando da análise política por si trazida a esta reunião. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, em relação à intervenção do Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, disse respeitar as suas posições, no entanto e no seu entendimento quase assumiu a resposta por parte do Sr. Presidente. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, em relação à intervenção do Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, começou por explicar que relativamente à alteração da hora da Inauguração do Parque do Vale da Pipa, recebeu a comunicação por parte do Gabinete do Sr. Ministro, tendo efetivamente mandado algumas mensagens de caráter pessoal, a informar a alteração da hora, tendo dado indicação aos serviços para passarem a informação a todos os convidados, se não chegou certamente houve algum lapso. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, questionou o Sr. Presidente qual foi o serviço que fez essa informação, pois deveria de imediato avisar o Órgão. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, informou que foi da parte do Gabinete de Comunicação e do seu Gabinete. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, havendo falha na passagem da informação, deveria chamar a atenção das pessoas desses Gabinetes. _____

Relativamente à Descentralização, **o Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu**, adiantou que brevemente o assunto virá a esta Câmara em reunião extraordinária, tendo os onze Decretos-Leis já publicados sido amplamente discutidos na ANMP e na CIMRL de Leiria. No entanto mesmo antes dos onze Decretos-Leis saírem houve reações de Câmaras dizendo que estavam contra, meramente questões politico/partidárias. Sobre os Julgados de Paz, referiu que o seu antecessor Eng.º Rui Silva, gastou cerca de 80.000,00 (oitenta mil euros) nas instalações sem ter acautelado a saída do Decreto-Lei para a Instalação do Julgado de Paz. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, questionou o Sr. Presidente o que foi feito durante quatro anos, sabendo que o próprio mobiliário já não se encontra lá. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, respondeu ao Sr. Vereador, que pelo facto de não ter sido garantido por Decreto-Lei a Instalação dos Julgados de Paz antes da execução das obras, só foi garantido o Decreto-Lei da criação dos Julgados de Paz, tendo-se deparado na altura com a dificuldade da política do

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)

PSD (Ministra da Justiça) de ser contra a instalação dos Julgados de Paz, vários pedidos de reunião foram feitos para tentar desbloquear a situação. _____

Quanto ao mobiliário, o Sr. Vereador está mal informado, dado que o mesmo está todo devidamente assegurado. _____

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Marta Brás, pediu a palavra, dirigindo-se ao Sr. Vereador Filipe Silva, referindo que se realmente tivesse interesse em aprofundar aquela questão, poderia pedir esclarecimentos ao anterior Presidente de Câmara, Eng.º Rui Silva que certamente lhe explicaria todo o processo e o porquê de o mesmo não ter avançado.

Como o Sr. Presidente Jorge Abreu, já tinha referido, várias foram as diligências que nos primeiros anos do mandato encetaram, inclusivamente vários pedidos de reunião foram feitos, na altura à Ministra da Justiça do Governo PSD, liderado por Passos Coelho, nunca se tendo verificado nenhuma resposta. À data a política de governo do PSD era contra a instalação dos Julgados de Paz havendo esse bloqueio. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, voltou a referir que deveriam ter acautelado a Instalação do Julgado de Paz, que existindo essa lacuna, tiveram que ir de acordo com as diretrizes da Sr.ª Ministra, após a alteração de Governo, então sim foi possível reativar todo o processo de elaboração e publicação do Decreto-Lei para a Instalação dos Julgados de Paz. _____

Relativamente à descentralização, saíram onze diplomas, sendo quatro do âmbito da intermunicipal, havendo a necessidade da realização de uma reunião extraordinária, propondo nesse sentido aos Srs. Vereadores o dia 18 de janeiro para discussão e análise dos respetivos Diplomas para posteriormente submeter à Assembleia Municipal. _____

O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, na sequência da intervenção do Senhor Vereador do PSD, Eng.º Filipe Silva em que teceu considerações acerca da posição por si assumida, deixou expresso os seguintes comentários: _____

- Que se sentia cada vez mais feliz pelo Estatuto de Independente que detinha e que lhe foi confiado e ao MFI por 20% da População do concelho, na medida em que não tinha de obedecer às instruções dos diretórios partidários, estratégias partidárias muitas vezes impostas pelas cúpulas dos partidos políticos, e orientações ideológicas recebidas das estruturas partidárias. _____

-Reafirmou que o mandato que lhe foi confiado era interpretado desde o seu início com um espírito

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)

construtivo, crítico quando a crítica se coloca, equidistância relativamente a quem tem maioria ou quem está na oposição, guiando-se apenas pela defesa dos superiores interesses das populações que tem o dever de representar e de defender. _____

- Que tem dado exemplos em momentos cruciais de desacordo com as propostas trazidas pela maioria do Executivo, nomeadamente no que se refere às Grandes Opções do Plano, orçamento e outras matérias, onde defendeu outra estratégia e outras prioridades para o concelho, circunstância que não o impede de apoiar e elogiar quando é confrontado com medidas positivas que pontualmente são trazidas a discussão e aprovação.

- Que nesta linha de pensamento o MFI tem-se revelado uma nova força onde a coerência, e a sua atitude tolerante e responsável tem estado presente nas posições expressas pelos autarcas eleitos nos órgãos onde participam. _____

- Que o seu percurso de vida pessoal e político sempre revelou coragem, pensamento próprio, não estando em circunstância alguma refém seja de quem for, dizendo que os colegas do Executivo vão ter de se habituar e conviver com esta atitude diferente das atitudes e posições estratégicas do ponto de vista partidário, que naturalmente respeita. _____

- Finalmente referiu que no presente mandato o PS e o PSD fizeram dois pactos esses sim com significado político, à revelia do MFI que tem a mesma legitimidade política que aqueles dois partidos, dando o exemplo do acordo estabelecido no seio da Assembleia Municipal para eleger enquanto representante do PS o Dr. Fernando Manata e enquanto representante do PSD o Sr. Eng.º Rui Silva na Comunidade Intermunicipal de Leiria a que o Município está associado e o acordo de Governo que vem sendo praticado na Junta de Freguesia da União de Freguesias de Figueiró dos Vinhos/Bairradas, que tem vindo a traduzir total entendimento, acordo e colaboração entre aqueles dois partidos políticos, que não pode deixar de registar, quando são dirigidas críticas ao MGI pelas posições também elas legítimas de que não abdica de assumir, goste-se ou não...

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)

PONTOS PRÉVIOS

(n.º 3 do artigo 28.º do Regimento da Câmara Municipal)

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, de acordo com o n.º 3 do artigo 28.º do Regimento da Câmara Municipal, pôs à consideração e votação dos Srs. Vereadores duas Propostas de Deliberação n.º 2/2019 relativa “CLDS-AG – Manifestação de interesse no desenvolvimento de um projeto no concelho de Figueiró dos Vinhos” e n.º 03/2019 relativa “Linha BEI PT 2020 | Autarquias - Contrapartida Nacional de Projetos Portugal 2020 - Operação “Complexo Empresarial SONUMA” - CENTRO-02-0853-FEDER-000003” aprovada pelo CENTRO2020. _____

Os Srs. Vereadores concordaram com a inclusão dos dois assuntos, tendo o Senhor Presidente submetido de imediato à consideração e votação dos mesmos: _____

CLDS-4G – MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO NO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS: Sobre este assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 02/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, manifestando o total interesse no desenvolvimento de um CLDS-4G no concelho de Figueiró dos Vinhos, designando a Santa Casa da Misericórdia de Figueiró dos Vinhos como Entidade Coordenadora Local da parceria para o CLDS-4G, selecionando como coordenadora técnica do CLDS-4G, a Técnica de Serviço Social, Vanessa Andreia Dias Simões. _____

Proposta de Deliberação n.º 02/2019:

“Nos termos e para os efeitos previstos no artigo 33.º, n.º 1, alínea v) do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, compete à Câmara Municipal: “Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social...”; _____

A Portaria n.º 229/2018, de 14 de agosto procede à criação do Programa CLDS-4G e aprova o respetivo Regulamento Específico; _____


- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)


Nos termos do n.º 2 do artigo 2.º desta Portaria foi publicado o Despacho n.º 176-C/2019, de 04/01/2019, do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o qual determina que o concelho de Figueiró dos Vinhos é elegível no âmbito do Programa CLDS-4G, pelo que será alvo de financiamento; _____


No seguimento do enquadramento legal supra mencionado foi dirigido ao Município de Figueiró dos Vinhos, pelo Instituto de Segurança Social, através de ofício com registo de entrada n.º 20, de 08/01/2019, o convite para apresentação de candidatura ao Programa CLDS-4G, devendo, para o efeito: “...a *Autarquia manifestar o seu interesse no desenvolvimento de um CLDS-4G no concelho de Figueiró dos Vinhos e, em caso de resposta positiva, designar a Entidade coordenadora local da parceria para o CLDS-4G, de entre entidades de direito privado sem fins lucrativos que atuem na área do desenvolvimento social e no território de intervenção do CLDS-4G, indicando, para o efeito, o respetivo NIF.*” _____

Considerando, ainda, o necessário cumprimento do estipulado no artigo 12.º da Portaria n.º 229/2018, de 14 de agosto, conjugado com o n.º 3 do artigo 13.º da referida Portaria, deverá, ainda, a Câmara Municipal selecionar um coordenador técnico para o respetivo CLDS-4G. _____

Nestes termos, PROPONHO que a Câmara Municipal delibere: _____

 **Manifestar**, de imediato, **o seu total interesse no desenvolvimento de um CLDS-4G no concelho de Figueiró dos Vinhos**, nos termos e de acordo com o ofício/convite apresentado pelo Instituto da Segurança Social ao Município de Figueiró dos Vinhos, conforme o preceituado no n.º 3 do artigo 2.º do Regulamento Específico do Programa CLDS-4G, aprovado em anexo à Portaria n.º 229/2018, de 14 de agosto; _____

 **Designar a Santa Casa da Misericórdia de Figueiró dos Vinhos como Entidade Coordenadora Local da parceria para o CLDS-4G**, em cumprimento do n.º 1 do artigo 10.º do Regulamento supracitado, verificando-se que a referida Entidade cumpre cumulativamente todos os requisitos previstos nos n.ºs 1 e 3 do mencionado artigo 10.º; _____

 Selecione, como coordenadora técnica do CLDS-4G, a Técnica de Serviço Social, Vanessa Andreia Dias Simões, de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 13.º do acima mencionado Regulamento Específico, considerando que a referida Técnica cumpre todos os requisitos legais impostos pelo artigo 12.º do mesmo Regulamento, relevando-se, nos requisitos definidos, o perfil manifestado pela Técnica em projetos anteriores, em que manifestou elevada competência de gestão e trabalho em equipa, bem como experiência na coordenação e na dinamização de parcerias, reconhecida por parte dos diversos parceiros que compõem o CLAS – Conselho Local de Ação Social de Figueiró dos Vinhos”. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)

LINHA BEI PT 2020 | AUTARQUIAS - CONTRAPARTIDA NACIONAL DE PROJETOS PORTUGAL 2020 - OPERAÇÃO “COMPLEXO EMPRESARIAL SONUMA” - CENTRO-02-0853-FEDER-000003” APROVADA PELO CENTRO2020:

Sobre este assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 03/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a candidatura “**Linha BEI PT 2020 | Autarquias - Contrapartida Nacional de Projetos Portugal 2020 - “Complexo Empresarial SONUMA” - CENTRO-02-0853-FEDER-000003”** pelo montante de **343.488,31 euros** (trezentos e quarenta e três mil quatrocentos e oitenta e oito euros e trinta e um cêntimos) e demais condições, designadamente o plano normalizado de reembolso do financiamento de 15 anos no total (2 anos de carência + 13 anos de amortização), sendo desencadeados subsequentemente os procedimentos legais, em caso de aprovação da operação. _____

Proposta de Deliberação n.º 03/2019:

“Considerando que: _____

No âmbito do Portugal 2020 foi disponibilizado via Despacho n.º 6323-A/2018 publicado na 2.ª Série do Diário da República, n.º 123 de 28 de junho de 2018, a Linha BEI PT 2020 | Autarquias - Contrapartida Nacional de Projetos Portugal 2020, que visa financiar a contrapartida nacional de projetos de investimento autárquico aprovados no âmbito do Portugal 2020, cuja finalidade se destina a conceder financiamento às Autarquias no que se refere à parte não comparticipada do investimento. _____

Decorre das regras aí inscritas, a definição de um plano normalizado de reembolso do financiamento até 15 anos no total (2 de carência + 13 de amortização). Relativamente à Taxa de juro aplicável, previsivelmente serão as seguintes: Taxa de juro fixa - 1,564% / Taxa de juro variável - Euribor 6M + 0,277 %. _____

Face ao elevado número de candidaturas aprovadas, revelador da dinâmica colocada nestes processos fundamentais para o desenvolvimento do concelho, mas também à necessidade de suportar a comparticipação própria em todas as candidaturas aprovadas, recorrer a este mecanismo acelerador é uma opção a considerar e favorável dado o reduzido impacto dos juros apresentados, o elevado montante de investimento a realizar e a necessidade de executar as operações tanto quanto possível nos prazos estabelecidos contratualmente. ____

A candidatura à **Linha BEI PT 2020 | Autarquias - Contrapartida Nacional de Projetos Portugal 2020** da operação “Complexo Empresarial SONUMA” - CENTRO-02-0853-FEDER-000003”, tendo em consideração os Termos de Aprovação atualizados da operação e as regras de cálculo do montante a financiar pelo BEI, constata-se a possibilidade de constituir um montante a financiar apurado no valor de **343.488,31 euros** €, indexado ao plano normalizado de reembolso do financiamento de 15 anos no total (2 de carência + 13 de

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)

amortização). _____

Deste modo, propõe-se a aprovação da apresentação da candidatura à **Linha BEI PT 2020 | Autarquias - Contrapartida Nacional de Projetos Portugal 2020 do montante de 343.488,31 euros** adstrito à “Complexo Empresarial SONUMA” - CENTRO-02-0853-FEDER-000003” pelo plano normalizado de reembolso do financiamento de 15 anos no total (2 de carência + 13 de amortização). _____

Nestes termos, _____

Proponho que a Câmara Municipal, pelos motivos acima expostos delibere pela aprovação da candidatura “**Linha BEI PT 2020 | Autarquias - Contrapartida Nacional de Projetos Portugal 2020 - “Complexo Empresarial SONUMA” - CENTRO-02-0853-FEDER-000003**” pelo montante de **343.488,31 euros** e demais condições, designadamente o plano normalizado de reembolso do financiamento de 15 anos no total (2 anos de carência + 13 anos de amortização), sendo desencadeados subsequentemente os procedimentos legais, em caso de aprovação da operação” _____

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)

2. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Dispensando-se a leitura da ata, dado que o respetivo texto foi previamente enviado aos Senhores Vereadores, a ata n.º 24/2018 de 26/12/2018, foi aprovada por unanimidade e considerada conforme com a Minuta previamente elaborada no final da dita reunião. _____

3. BALANCETE, PAGAMENTOS E OUTROS:

OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

O Senhor Presidente informou a Câmara Municipal de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período compreendido entre o dia vinte seis de dezembro de dois mil e dezoito e o dia oito de janeiro de dois mil e dezanove, respeitantes a despesas orçamentais na importância global de 307.949,45 € (trezentos e sete mil novecentos e quarenta e nove euros e quarenta e cinco centimos). _____

Informou ainda das Ordens de Pagamento de Operações de Orçamentais emitidas no mesmo período, registadas sob os números 3390/2018 (três mil trezentos e noventa barra dois mil e dezoito) a 3412/2018 (três mil quatrocentos e doze barra dois mil e dezoito), respeitantes a despesas de operações de Orçamentais, na importância de 125.541,44€ (cento e vinte mil quinhentos e quarenta e um euros e quarenta e quatro centimos). _____

OPERAÇÕES TESOURARIA

O Senhor Presidente informou a Câmara Municipal de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período compreendido entre dia vinte e seis dezembro de dois mil e dezoito e o dia oito de janeiro de dois mil e dezanove, respeitantes a despesas de operações de tesouraria na importância global de 9.161,74€ (nove mil cento e sessenta e um euros e setenta e quatro centimos). Informou ainda das Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria emitidas no mesmo período, registadas sob o número 340/2018 (trezentos e quarenta barra dois mil e dezoito), a 341/2018 (trezentos e quarenta e um barra dois mil e dezoito) e 01/2019 (um barra dois mil e dezanove) a 25/2019 (vinte e cinco barra dois mil e dezanove) respeitantes a despesas de operações de tesouraria, na importância 40.754,13 € (quarenta mil setecentos e cinquenta e quatro euros e treze

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)

cêntimos). _____

O Senhor Presidente, deu conhecimento dos saldos constantes do resumo diário de tesouraria relativos ao dia oito de janeiro de dois mil e dezanove, conforme mapa anexo, os quais representam, em operações orçamentais 94.322,79 € (noventa e quatro mil trezentos e vinte e dois euros e setenta e nove cêntimos) e em operações não orçamentais (tesouraria) 54.403,36 € (cinquenta e quatro mil quatrocentos e três euros e trinta e seis cêntimos). _____

OUTROS

O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos seguintes documentos: _____

Relação dos despachos referentes aos autos de medição e faturas de empreitadas e fornecimentos de bens e serviços no período entre 19.12.2018 a 04.01.2019. _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, tomou conhecimento dos pagamentos efetuados no pressuposto de que foram feitos à luz da legislação vigente e obedecendo a critérios de rigor e boa gestão. _____

O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes, tomou conhecimento dos pagamentos efetuados no pressuposto de que foram feitos à luz da legislação vigente e obedecendo a critérios de rigor e boa gestão. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)

4. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

4.1 RATIFICAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO N.º 3 DO ARTIGO 35.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:

Despacho proferido pelo Sr. Vereador Manuel Paiva, datados de 10,11 e 18 de dezembro de 2018: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar os Despachos do Sr. Vereador, relativos à cedência de viatura à Associação Desportiva de Figueiró dos Vinhos, correspondendo o apoio no valor total de 337,66€ (trezentos e trinta e sete euros e sessenta e seis cêntimos); Conferência São Vicente Paulo, correspondendo o valor total de 103,95€ (cento e três euros e noventa e cinco cêntimos). _____

Despacho proferido pela Sr.ª Vice-Presidente Marta Brás, datado de 03/01/2019: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o Despacho da Sr.ª Vereadora, relativo aos pedidos de utilização da Casa da Cultura do mês de dezembro de 2018, à Casa Valverde, correspondendo o apoio no valor total de 25,03€ (vinte e cinco euros e três cêntimos); Filarmónica Figueirense, correspondendo o apoio no valor total de 26,26€ (vinte e seis euros e vinte e seis cêntimos); Agrupamento de Escolas, correspondendo o apoio no valor total de 82,52€ (oitenta e dois euros e cinquenta e dois cêntimos); Arteimanha, correspondendo o apoio no valor total de 142,65€ (cento e quarenta e dois euros e sessenta e cinco cêntimos). _____

4.2 ORÇAMENTAÇÃO E GESTÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL: Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 01/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma: _____

Proposta de Deliberação n.º 01/2019:

“Nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 31.º, 156.º a 158.º, 166.º e 167.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, compete ao órgão executivo decidir sobre o montante máximo de cada um dos encargos abaixo mencionados, no prazo de 15 dias após o início da execução do orçamento:

1. Recrutamento de trabalhadores _____

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)

2. Alterações de posicionamento remuneratório _____

3. Prémios de desempenho _____

Nestes termos **PROPONHO**, relativamente a cada um dos pontos acima indicados o seguinte: _____

1. Recrutamento de trabalhadores _____

Considerando o Mapa de Pessoal do Município de Figueiró dos Vinhos, aprovado para o ano de 2019, o montante máximo de encargos a suportar com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados seja de **54.664,80€**. _____

2. Alterações de posicionamento remuneratório _____

a) Para efeitos de alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, de acordo com o previsto no n.º 7 do artigo 156.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014 de 20/06, conjugado com n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento Estado para 2019, o montante de **74.868,69€**; _____

b) Para efeitos de alterações gestionárias de posicionamento remuneratório, previstas nos n.ºs 2 a 6 do artigo 156.º e art.º 158.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014 de 20/06, conjugado com n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento Estado para 2019, não será definido nenhum montante por se verificar que a quase totalidade dos trabalhadores da Autarquia serão abrangidos pela aplicação da alteração de posicionamento remuneratório obrigatória. _____

3. Prémios de desempenho _____

Em virtude do constrangimento financeiro verificado, nomeadamente pelos elevados encargos com despesas com Pessoal e considerando, ainda, que a quase totalidade dos trabalhadores da Autarquia serão abrangidos pela aplicação da alteração de posicionamento remuneratório obrigatório, não serão atribuídos prémios de desempenho em 2019”. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)

5. UNIDADE ORGÂNICA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

5.1 PINHAIS DO ZÊZERE – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – SUPORTE DE CUSTOS COM DIVERSOS TRABALHADORES, REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 2018:

Sobre este assunto foram presentes as seguintes Informações Internas, n.º 01/SF/2019, datada de 03/01/2019, no valor de 843,52 euros (oitocentos e quarenta e três euros e cinquenta e dois cêntimos); n.º 02/SF/2019, datada de 03/01/2019, no valor de 1.019,07 euros (mil e dezanove euros e sete cêntimos); n.º 03/SF/2019, datada de 03/01/2019, no valor de 946,36 euros (novecentos e quarenta e seis euros e trinta e seis cêntimos); n.º 04/SF/2019, datada de 03/01/2019, no valor de 818,78 euros (oitocentos e dezoito euros e setenta e oito cêntimos); n.º 05/SF/2019, datada de 03/01/2019, no valor de 795,14 euros (setecentos e noventa e cinco euros e catorze cêntimos); n.º 06/SF/2019, datada de 03/01/2019, no valor de 818,78 euros (oitocentos e dezoito euros e setenta e oito cêntimos); n.º 06/SF/2019, datada de 03/01/2019, no valor de 818,78 euros (oitocentos e dezoito euros e setenta e oito cêntimos); n.º 07/SF/2019, datada de 03/01/2019, no valor de 954,85 euros (novecentos e cinquenta e quatro euros e oitenta e cinco cêntimos); n.º 08/SF/2019, datada de 03/01/2019, no valor de 581,98 euros (quinhentos e oitenta e um euros e noventa e oito cêntimos). _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, relativamente a este ponto, apresentou um documento que se transcreve na íntegra: _____

“Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento

Relativamente à Associação Pinhais do Zêzere mantivemos o que sempre dissemos. Somos a favor dos trabalhadores e somos a favor de receberem o vencimento para o qual trabalharam como não poderia deixar de ser. _____

Somos contra é proceder a pagamentos que consideramos não se poderem fazer com base num Protocolo caducado há anos. Como sempre dissemos se fossemos poder faríamos um novo Protocolo com a referida entidade para legalizar a situação. _____

Até lá não podemos aprovar os referidos pagamentos por os considerarmos feridos de ilegalidade, até que um

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)

novo Protocolo seja assinado ou em alternativa seja demonstrado por Entidade Competente para o efeito, que já solicitamos, de que não existe qualquer ilicitude no pagamento e nos esclareça no que diz respeito à necessidade de dispor-mos de toda a informação necessária e suficiente para fundamentar o nosso conhecimento para o exercício de uma votação competente. _____

Figueiró dos Vinhos, 9 de Janeiro de 2019 _____

O Vereador

Luís Filipe Silva”

Depois destas considerações, **a Câmara Municipal** deliberou por maioria, três votos a favor dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e Movimento Figueiró Independente e um voto contra do Senhor Vereador eleito pela Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, aprovar o pagamento no valor total de 6.778,48 euros (seis mil setecentos e setenta e oito euros e quarenta e oito cêntimos). _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, não participou na votação e discussão deste assunto por ser dirigente da Associação, tendo-se na altura, ausentado da Sala de Reuniões. _____

5.2 PINHAIS DO ZÊZERE – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – SUPORTE DE CUSTOS COM O FUNCIONAMENTO DA DELEGAÇÃO, REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO

DE 2018: Sobre este assunto foi presente a seguinte Informação Interna, n.º 09/SF/2018, datada de 03/01/2019, no valor de 2.180,00 euros (dois mil cento e oitenta euros). _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, relativamente a este ponto, apresentou um documento que se transcreve na íntegra: _____

“Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento

Relativamente à Associação Pinhais do Zêzere mantivemos o que sempre dissemos. Somos a favor dos trabalhadores e somos a favor de receberem o vencimento para o qual trabalharam como não poderia deixar de ser. _____

Somos contra é proceder a pagamentos que consideramos não se poderem fazer com base num Protocolo caducado há anos. Como sempre dissemos se fossemos poder faríamos um novo Protocolo com a referida entidade para legalizar a situação. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)

Até lá não podemos aprovar os referidos pagamentos por os considerarmos feridos de ilegalidade, até que um novo Protocolo seja assinado ou em alternativa seja demonstrado por Entidade Competente para o efeito, que já solicitamos, de que não existe qualquer ilicitude no pagamento e nos esclareça no que diz respeito à necessidade de dispor-mos de toda a informação necessária e suficiente para fundamentar o nosso conhecimento para o exercício de uma votação competente. _____

Figueiró dos Vinhos, 9 de Janeiro de 2019 _____

O Vereador

Luís Filipe Silva”

Depois destas considerações, **a Câmara Municipal** deliberou por maioria, três votos a favor dos Senhores Vereadores do Partido Socialista e Movimento Figueiró Independente e um voto contra do Senhor Vereador eleito pela Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, aprovar o pagamento no valor total de 2.180,00 euros (dois mil cento e oitenta euros). _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, não participou na votação e discussão deste assunto por ser dirigente da Associação, tendo-se na altura, ausentado da Sala de Reuniões. _____

5.3 TRANSFERÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA NO EXERCÍCIO DE 2019: Presente a seguinte Informação Interna n.º 01UOAF19, emitida pelo Sr. Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira Dr. Vítor Duarte, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, autorizando para efetivação no presente exercício do pagamento das respetivas transferências decorra, preferencialmente em regime de duodécimos. _____

Informação Interna n.º 01UOAF19:

“Tendo sido aprovadas as Grandes Opções do Plano e o Orçamento desta Câmara para o ano de 2019 em Reunião da Câmara realizada em 31.10.2018 e Sessão da Assembleia Municipal de 26.12.2018, onde constam as verbas a transferir para as Juntas de Freguesias deste Concelho, solicita a Unidade Orgânica Administrativa e Financeira – Setor Financeiro, **autorização da Câmara Municipal** para que a efetivação do pagamento das respetivas transferências decorra, preferencialmente, em regime de duodécimos”. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)

5.4 PAGAMENTOS DAS TRANSFERÊNCIAS ÀS ENTIDADES: Presente a seguinte Informação Interna n.º 02UOAF19, emitida pelo Sr. Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira Dr. Vítor Duarte, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, autorizando a continuidade na concretização das transferências no corrente ano, bem como autorização para oportunamente concretizar os pagamentos dos subsídios que constam da respetiva Informação Interna.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu não participou na votação e discussão do assunto relativo à Pinhais do Zêzere, por ser dirigente da Associação, tendo-se na altura ausentado da Sala de Reuniões. _____


O Sr. Vereador Manuel Paiva não participou na votação e discussão do assunto relativo à Santa Casa da Misericórdia, por ser dirigente daquela entidade, tendo-se na altura, ausentado da Sala de Reuniões. _____


Informação Interna n.º 02UOAF19:


“Decorrendo de Gerências Anteriores o pagamento de transferências mensais aprovadas e atribuídas às Entidades abaixo discriminadas, solicita-se à Câmara Municipal autorização para continuar a concretizar as transferências no corrente ano: _____


- ☞ **Sociedade Musical de Instrução e Recreio Figueirense**, transferência mensal no valor de 300,00 euros, durante 12 meses, destinado à Escola de Música. _____
- ☞ **Associação Desportiva de Figueiró dos Vinhos**, uma transferência mensal de 4.700,00 Euros, durante o período escolar, destinado ao apoio prestado nos Transportes Escolares. _____
- ☞ **Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos**, uma transferência mensal de 2.600,00 Euros, durante 12 meses, destinado ao funcionamento da Associação. _____
- ☞ **Associação Pinhais do Zêzere**, uma transferência mensal de 500,00 Euros, durante 12 meses, destinado ao funcionamento da Associação. _____
- ☞ **Santa Casa da Misericórdia**, uma transferência mensal de 100,00 Euros, durante 12 meses, destinado ao Gabinete de Apoio ao Jovem. _____
- ☞ **Freguesia de Arega**, uma transferência mensal de 175,00 Euros, durante 12 meses, destinado à manutenção da caixa do multibanco. _____
- ☞ **Comissão de Melhoramentos de Aguda**, uma transferência de 150,00 Euro mensais durante 12 meses, para manutenção da caixa multibanco em Almofala de Baixo – Aguda. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)

 **Associação de Produtores Agro-Florestais do Concelho do Figueiró dos Vinhos**, uma transferência no valor de 2.500,00 Euros durante 12 meses, destinado ao protocolo existente.

 **Associação Sintonia Consequente**, uma transferência mensal de 1.000,00 Euros, até 12 de Setembro de 2019, relativa ao Protocolo das AEC'S e Projetos Culturais.

 **Associação Pinhais do Zêzere**, encargos de dezembro com vários contratos, lançados contabilisticamente em 2018 presentes na primeira reunião do ano, no valor de 8.958,48 Euros

 **Curso de Carnaval**, pagamento da 2ª. Tranche às diversas entidades até ao valor de 5.000,00 Euros, deliberado na reunião da Câmara de 28.11.2018 e de 12.12.2018.

Decorrendo ainda de deliberações já anteriormente tomadas, uma vez que se trata de despesas referentes ao ano económico de 2018, solicita-se à Câmara autorização para oportunamente concretizar os pagamentos dos subsídios que a seguir se discriminam:

| RUBRICA ORÇAMENTAL | BENEFICIÁRIO | DESIGNAÇÃO | DATA DELIBERAÇÃO | VALOR |
|--------------------|---------------------------------------|-----------------------------------------------------|------------------|--------------------|
| 0102/04050108 | Pinhais do Zêzere | Protocolo e Despesas de Funcionamento | 24.11.2018 | 6.011,41 € |
| 0102/04050108 | Pinhais do Zêzere | Protocolo e Despesas de Funcionamento | 26.12.2018 | 15.631,95 € |
| 0102/040701 | AHBVFV | EIP'S | 30.08.2018 | 2.588,64 € |
| 0102/040701 | AHBVFV | EIP'S | 12.08.2018 | 2.244,44 € |
| 0102/040701 | AHBVFV | EIP'S | 31.10.2018 | 1.859,18 € |
| 0102/040701 | AHBVFV | EIP'S | 14.11.2018 | 722,82 € |
| 0102/040701 | AHBVFV | EIP'S | 28.11.2018 | 1.883,03 € |
| 0102/040701 | AHBVFV | EIP'S | 12.12.2018 | 3.414,60 € |
| 0102/040701 | AHBVFV | EIP'S | 26.12.2018 | 361,41 € |
| 0102/08050104 | CIMRL | Acordo de Colaboração | 13.06.2018 | 3.918,43 € |
| 0102/080802 | Aida Jesus Arinto A. Morgado | Recuperação de Habitações na Zona Histórica da Vila | 31.10.2018 | 623,50 € |
| 0102/080802 | Lúcio dos Santos Simões Arinto | Recuperação de Habitações na Zona Histórica da Vila | 31.10.2018 | 623,50 € |
| 0102/080802 | Arminda Mendes dos Santos Simões | Recuperação de habitações Degradadas | 10.01.2018 | 922,50 € |
| 0102/080802 | Nuno Manuel Nunes Lourenço dos Santos | Recuperação de Habitações na Zona Histórica da Vila | 27.06.2018 | 1.247,00 € |
| 0102/080802 | Nuno Manuel Nunes Lourenço dos Santos | Recuperação de Habitações na Zona Histórica da Vila | 10.10.2018 | * 1.247,00€ |
| 0102/080701 | Agrupamento de Escolas | Curso de Carnaval | 12.12.2018 | 1.000,00 € |
| | | | | 44.299,41 € |

*No ano 2018 apenas foi efetuado o cabimento, o compromisso será efetuado em 2019.

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)

5.5 COBRANÇA DE RECEITA VIRTUAL – PONTO 2.6.2 DO PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE DAS AUTARQUIAS:

Presente a seguinte Informação Interna n.º 03UOAF19, emitida pelo, emitida pelo Sr. Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira Dr. Vítor Duarte, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, permitindo a conversão em receita virtual – debitar ao tesoureiro, todos os respetivos documentos de cobrança cujos prazos normais não foram respeitados. _____

Informação Interna n.º 03UOAF19:

“Constituem receitas municipais, entre outras, o produto da cobrança de taxas, tarifas e preços resultantes da prestação de serviços pelo município, conforme dispõe designadamente o artigo 14.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovada pela lei n.º 73/2013 de 3 de setembro. _____

As receitas provenientes de vendas e prestações de serviços são periodicamente processadas, estando previstos prazos normais de cobrança para cada tipo de receita, verificando-se, no entanto, decorrido o período normal de cobrança, incumprimento por parte de alguns utentes na liquidação dos serviços prestados pela autarquia. Nos termos do ponto 2.6.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as devidas e sucessivas alterações, as receitas das autarquias locais podem ser cobradas virtual ou eventualmente, sendo a virtualização facultativa e dependente de **deliberação prévia do órgão executivo.** _____

Nestes termos, solicita-se permissão para converter em receita virtual - debitar ao tesoureiro, todos os respetivos documentos de cobrança cujos prazos normais não foram respeitados”. _____

5.6 DEFINIÇÃO DO VALOR MÁXIMO EM NUMERÁRIO EM CAIXA NA TESOURARIA MUNICIPAL:

Presente a seguinte Informação Interna n.º 04UOAF19, emitida pelo Sr. Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira Dr. Vítor Duarte, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando o montante de 3.000,00 euros (três mil euros), considerando um valor razoável para as necessidades diárias do Município de Figueiró dos Vinhos. ____

Informação Interna n.º 04UOAF18:

“Decorre das disposições constantes no ponto 2.9.10.1.1 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, e no n.º 1 do artigo 20.º do

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)

Regulamento do Sistema de Controlo Interno do Município de Figueiró dos Vinhos – RSCIMFV, que a importância em numerário existente em caixa, na tesouraria municipal, não deve ultrapassar o valor definido pelo órgão executivo do município para cada ano económico. _____

Em conformidade com as disposições descritas, e tendo em conta a definição de um valor adequado às necessidades diárias da Autarquia, propõe-se que a importância em numerário existente em caixa não superior a 3.000,00 euros, por se considerar um valor razoável para as necessidades diárias do Município de Figueiró dos Vinhos”. _____

5.7 APROVAÇÃO DO MAPA DE FLUXOS DE CAIXA RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2018:

Presente a seguinte Informação Interna n.º 05UOAF19, emitida pelo Sr. Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira Dr. Vítor Duarte, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando o mapa de fluxos de caixa relativos ao exercício de 2018. _____

Informação Interna n.º 05UOAF19:

“No âmbito do cumprimento da lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), regulada pelo decreto-lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, ambas na redação atual, e para efeitos de integração do saldo de gerência de 2017 no cálculo dos fundos disponíveis, a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), através do manual de apoio à aplicação da LCPA ao subsetor da Administração Local, expressa a seguinte orientação: _____

“Quanto ao saldo de gerência de operações orçamentais do ano anterior, o mesmo pode ser utilizado para cálculos dos fundos disponíveis, ao abrigo do previsto na alínea a) do n.º 3 do artigo 5.º do DL 127/2012, e tendo em conta a especificidade no que se refere à sua utilização na administração local, encontrando-se esta receita disponível para utilização a muito curto prazo, sendo esta utilização distinta da integração do saldo de gerência no orçamento que ocorre após a aprovação de contas.” _____

Acresce sobre esta matéria, a nova redação dada pela lei n.º 51/2018 de 16 de agosto ao artigo 40.º da lei das finanças locais, que vem igualmente reforçar a importância dos saldos de gerência da sua utilização em momento anterior à aprovação dos documentos de prestação de contas, sendo que a sua utilização no exercício depende da prévia aprovação do mapa de fluxos de caixa da gerência anterior. _____

Por outro lado, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), determina que são objeto de movimentação contabilística na classe 0, os procedimentos subjacentes à aprovação do orçamento, às modificações introduzidas nas dotações da despesa e da receita, no caso em concreto e na ótica da receita o

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)

saldo da gerência, aos cabimentos e aos compromissos. _____

Articulando a posição da DGAL com o disposto no POCAL, a utilização do saldo de gerência no montante de 11.869,93 euros no cálculo dos fundos disponíveis deverá ser precedida da aprovação pelo órgão executivo do mapa de fluxos de caixa. _____

Considerando o disposto no POCAL e na Resolução n.º 4/2001 — 2.ª Secção de 18 de Agosto do Tribunal de Contas, o mapa de fluxos de caixa faz parte integrante dos documentos de prestação de contas e é competência da Câmara Municipal a sua aprovação, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, e posterior submissão à apreciação da Assembleia Municipal, conjuntamente com os demais documentos que constituem a conta de gerência de 2018. _____

Nestes termos, submete-se à consideração de V. Exa. e à aprovação do órgão executivo o mapa de fluxos de caixa relativos ao exercício de 2018. (Documento em anexo)”. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)

6. GABINETE DE AÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO

6.1 ALUNOS DO 1.º CICLO SUBSIDIADOS NO ANO ESCOLAR 2018/2019: A Câmara Municipal face à seguinte Informação Interna, emitida pela Técnica Superior Dr.ª Paula Arinto, deliberou por unanimidade atribuir um subsídio no valor de 880,00 euros (oitocentos e oitenta euros) ao Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, relativamente ao material escolar dos alunos do 1.º ciclo subsidiados no ano escolar de 2018/2019. _____

Informação Interna:

“O Despacho n.º 7255/2018 introduz alterações ao Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, alterado pelo Despacho n.º 5296/2017, de 16 de junho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 451/2017, de 11 de julho, dando simultaneamente cumprimento ao disposto na Lei do Orçamento de Estado (LOE) para 2018.

No seguimento do envio da listagem dos alunos subsidiados do 1.º Ciclo, pelo AEFV, relativamente ao **material escolar** confirma-se que no escalão A o subsídio é de 16€, no escalão B é de 8€ pelo que o montante solicitado pelo AEFV está correto **880€**. _____

O número de alunos a bonificar é idêntico ao do ano anterior, eram 69 alunos e agora são 67 alunos. _____

É minha opinião, que este assunto deverá ser presente em reunião de Câmara, para deliberação relativa à atribuição do subsídio solicitado para este ano letivo”. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)

7. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:

E não havendo mais assuntos a tratar nesta reunião, o Senhor Presidente declarou encerrada a mesma, eram dezoito horas e cinquenta e cinco minutos. _____

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim _____, na qualidade de Secretário que a redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

O CHEFE DE DIVISÃO U.O.A.F.

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)

- ATA DA REUNIÃO DE 09 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 01/2019)